

## 1. Introdução

*A sonata de Lisboa ao luar* era o título do livro que Paulo Barreto<sup>1</sup> planejava escrever sobre Lisboa, segundo afirmou o escritor Ribeiro Couto na Academia Brasileira de Letras, em discurso de posse da cadeira até então ocupada pelo amigo, subitamente morto.<sup>2</sup> Talvez o jornalista pretendesse homenagear a cidade que aprendeu a amar e a admirar nas quatro viagens que fez a Portugal. Infelizmente, nunca saberemos o que intencionava fazer João do Rio, pois o suposto livro não foi escrito. Tratava-se de um sonho, de um projeto, que se configuraria como mais uma etapa de uma trajetória de narrativas dedicadas à aproximação com Portugal. Conjeturas à parte, o certo é que os inúmeros textos deixados por ele sobre o tema, nos quais incentivou firmemente a amizade luso-brasileira e teceu o imaginário de um período da vida nacional, provocou em mim a vontade de olhar detidamente este aspecto de sua carreira.

Passei então a investigar os passos desse deambulador e, ao perscrutar sua trajetória, percebi que João do Rio, imbuído da idéia de fazer emergir pela linguagem um continente mítico, tencionou transformar em projeto político a recriação da civilização marítima.<sup>3</sup> Daí porque, parafraseando Michel de Certeau, essa é “uma história que começa ao rés-do-chão”, com passos, pois “os jogos dos passos moldam espaços, tecem os lugares”.<sup>4</sup> E foi com passos pouco lineares, ora firmes, ora tímidos e vacilantes, como equilibrista, que me propus a investigar o fascinante caminhar desse “etnólogo de campo”, “agrimensor do social”<sup>5</sup> que foi o jornalista João do Rio, em sua campanha pela aproximação entre o Brasil e Portugal.

---

<sup>1</sup> João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881-1921), jornalista carioca cujo principal e mais famoso pseudônimo foi João do Rio.

<sup>2</sup> Academia Brasileira de Letras. *Discursos acadêmicos*. Tomo II, 1920-1935. Rio de Janeiro, 2006, p. 1106.

<sup>3</sup> Refiro-me à Atlântida, continente mítico, que inspirou o nome da revista criada por João do Rio e João de Barros (poeta português) em 1915, com o objetivo de promover a aproximação entre o Brasil e Portugal. A expressão “civilização marítima” foi retirada de PAIVA, Janise de Souza. “Atlânticamente Atlântida: em busca de mares já navegados”. In: *Convergência Lusíada* 18. Rio de Janeiro: revista do Real Gabinete Português de Leitura, 2001, p. 188.

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 176.

<sup>5</sup> AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994, p. 18.

Assim como Certeau, criei um paralelismo entre o ato de caminhar e o ato enunciativo: compreendi ambos como performativos, ou seja, construídos no processo de sua própria feitura, como ações que representam, respectivamente, a “realização espacial do lugar” e a “realização sonora da língua”.<sup>6</sup> Em outras palavras, avalei as pegadas desse caminhante como marcas rascunhadas em uma página em branco, preenchida à medida que ele se apropriou do espaço exterior, uma vez que, na página em branco, conforme argumenta Certeau, “uma prática itinerante, progressiva e regulamentada – uma caminhada – compõe o artefato de um outro “mundo”, agora não recebido, mas fabricado”.<sup>7</sup>

Por esse viés, compreendi a prática escritural de João do Rio como a “realização escrita” das concepções políticas e ideológicas constituídas ao longo de sua trajetória intelectual, profissional e pessoal, a partir do momento em que inscreveu a lusofilia (ou a lusofonia, entendida como um espaço multicultural lingüístico de aliança, comum aos países lusófonos)<sup>8</sup> no contexto da construção de uma identidade luso-brasileira. Concebi que “é neste trabalho de enunciação-apropriação da língua que se dá o modo pelo qual o jornalista (enunciador da informação) se relaciona com o que ele mesmo diz, isto é, está relacionado com o problema de como ele legitima o seu discurso ou o torna aceitável”.<sup>9</sup>

Neste sentido, a “enunciação pedestre”<sup>10</sup> de João do Rio, convertida em narrativas jornalísticas e literárias, em discursos e cartas que abordaram a problemática da luso-brasilidade, não seguiu passos pré-determinados por “espaços” de antemão desenhados. Fez-se à medida que o escritor adotou e assumiu a condição de perito, de especialista na defesa dos dois países como pátrias irmãs que, juntas, deveriam buscar, pela aproximação política, econômica e cultural, maneiras outras de colocar-se no mundo de então. Por essa razão, pensar a relação entre o Brasil e Portugal no momento em que João do Rio defendeu a aproximação de ambos e combateu o antilusitanismo no Brasil, demandou uma pesquisa sobre os fatos que embasaram tal comportamento intelectual e político. Investigar esse imaginário exigiu, como afirma Le Goff,

<sup>6</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 176.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 225.

<sup>8</sup> KNOPFLI, Francisco. “Aliança Lusófona”. In: *Brasil e Portugal: 500 anos de enlacs e desenlaces*. Rio de Janeiro: Revista Convergência Lusíada 18 – vol. 2, 2001, p. 140.

<sup>9</sup> VIZEU, Alfredo. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação a enunciação jornalística. In: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)

<sup>10</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 176.

“escolher um campo documentário e inventariar seus temas, ou alguns deles; enfim, abrir para o imaginário de uma sociedade um lugar num estudo global”.<sup>11</sup>

Assim, diante de tal hipótese de investigação acadêmica, extremamente rica e ainda pouco explorada, tornou-se a meu ver necessário averiguar como práticas sociais relativas à presença do elemento português no Brasil – nas duas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, período correspondente ao tempo de vida do jornalista Paulo Barreto e que testemunhou sua atuação no cenário intelectual brasileiro, especificamente na capital da República, *locus* deste projeto – gerou representações ora positivas, ora negativas, cristalizadas no imaginário social.

Daí, analisar a relação do jornalista com a “colônia” lusitana do Rio de Janeiro (e com os jornalistas e literatos portugueses seus contemporâneos também envolvidos no debate sobre a aproximação política, econômica e cultural entre os dois países, no período citado), significou igualmente pensar como João do Rio assimilou, modificou ou reinventou essas representações. Enfim, como as “consumiu” e as devolveu para o meio social em que foram geradas.

Com “pistas” e “indícios”<sup>12</sup> que apontavam para a ramificação do tema em inúmeras frentes de investigação associadas, sobretudo, à discussão que Paulo Barreto introduziu na cena intelectual brasileira e portuguesa em prol da aproximação luso-brasileira, cheguei a dois grandes eixos temáticos que são aqui explorados: antilusitanismo e jacobinismo (eixo focado, entre outras questões, na perseguição aos portugueses no Rio de Janeiro e nas manifestações sociais contra os pescadores originários de Povoá de Varzim, com a nacionalização da pesca no Brasil);<sup>13</sup> e relações luso-brasileiras (eixo centrado, principalmente, na “campanha”<sup>14</sup> de aproximação entre o Brasil e Portugal realizada com vigor por João do Rio e pelos jornalistas e literatos portugueses João de Barros e Carlos

---

<sup>11</sup> LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 294-5.

<sup>12</sup> Expressões do historiador Carlo Ginzburg em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>13</sup> A lei da nacionalização da pesca no Brasil, de fato promulgada em 1923, tornava compulsória a naturalização e obrigava os pescadores a se tornarem cidadãos brasileiros, se quisessem continuar pescadores. Assim, desencadeou a perseguição a pescadores, quase todos de origem portuguesa, não naturalizados, além da apreensão de embarcações de pesca pertencentes a estrangeiros.

<sup>14</sup> A “Campanha luso-brasileira” foi a expressão criada por João de Barros para designar a série de obras que publicou sobre o Brasil e a aproximação luso-brasileira, citadas na tese.

Malheiro Dias,<sup>15</sup> e nas diversas iniciativas de aproximação entre os dois países, entre elas o Acordo Luso-brasileiro).<sup>16</sup>

Dessa forma, esta tese de doutorado, intitulada *João do Rio a caminho da Atlântida: por uma aproximação luso-brasileira*, é tanto uma história, como um escrito de história cultural, que pretende propor indagações sobre a nossa história cultural e mesmo sobre nós, brasileiros. Para este fim, segui a lição de Roger Chartier:

uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis, consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>17</sup>

Por esse viés, analisei a defesa da aproximação entre o Brasil e Portugal empreendida por João do Rio como um discurso nada neutro. Ao contrário, repito Chartier: avaliei esta “campanha” como um “projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.<sup>18</sup> Não pretendi com isso desvendar a mentalidade de toda uma época, ou de grupos específicos, que avaliaram como positiva ou negativa a herança portuguesa. Delimitei um foco de pesquisa, no interior do qual analisei atitudes particularizadas, como as de João

<sup>15</sup> Estes dois jornalistas e homens de letras foram citados por João do Rio no livro *Portugal d’agora* (1911), como também outros jornalistas e literatos com quem travou contato em suas duas primeiras viagens a Portugal, o que será ainda abordado. Na tese será explicitado o porquê da escolha destes dois jornalistas, bem como detalhada a luta deles pela aproximação luso-brasileira. De início, vale ressaltar que a pesquisa revelou o intenso envolvimento de ambos nessa aproximação, com discursos, conferências e a publicação de livros sobre o tema. Os dois jornalistas foram amigos pessoais de João do Rio, principalmente João de Barros, sócio de João do Rio na revista *Atlântida*. Malheiro Dias foi colaborador da revista.

<sup>16</sup> O Acordo Luso-Brasileiro e a criação de uma Comissão Luso-brasileira, citados por João do Rio em *Portugal d’agora*, foram propostos por Consiglieri Pedroso em discurso proferido no ano de 1909, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p.17.

do Rio, principalmente, e as de alguns contemporâneos dele. Para esse fim, segui a linha dos estudos da micro-história ou da história cultural, que justifica o uso de narrativas empíricas (reportagens, ensaios, crônicas, entrevistas, resenhas literárias, discursos e cartas) como fontes de pesquisa acadêmica. Também procurei estabelecer no presente trabalho um solo histórico, com o objetivo de contextualizar a cidade do Rio de Janeiro no recorte temporal selecionado. Somente assim compreendi ser possível chegar a algumas conclusões.

É relevante ressaltar que a escolha do tema da tese de doutorado teve como instrumento propulsor o mestrado em Comunicação Social realizado na Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio, entre os anos de 2003 e 2005. Na dissertação denominada *Fantasia na serra: representações de Petrópolis na mídia impressa* apontei como a Cidade Imperial se converteu em espelho da modernidade e do cosmopolitismo da sociedade carioca, no final do século XIX e início do século XX. Para isso, recorri a reportagens publicadas em periódicos de Petrópolis, entre os anos de 1898 e 1906 (governos republicanos de Campos Sales e de Rodrigues Alves, quando se promoveu a reforma urbana do Rio de Janeiro), e aos romances *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), de Lima Barreto, e *A profissão de Jacques Pedreira* (1913), de João do Rio, para averiguar como se construiu, por intermédio das narrativas jornalísticas e literárias, o imaginário, a memória e a identidade de Petrópolis, compreendida como um reflexo em positivo da capital.

Após trabalhar com parte da obra de João do Rio, visto que toda sua vasta produção textual não poderia ser incluída no *corpus* da pesquisa de mestrado, decidi, por sugestão de Renato Cordeiro Gomes, dar continuidade ao estudo sobre o autor passando a investigar dois aspectos relevantes de sua trajetória pessoal e profissional. Em primeira instância, a relação dele com a colônia portuguesa no Rio de Janeiro, em especial com jornalistas, homens de letras e editores lusitanos; em segunda instância, sua luta pela aproximação entre o Brasil e Portugal, em um momento de afirmação da identidade nacional pela negação da herança cultural portuguesa e pela retaliação à presença do imigrante português no cotidiano da capital da República, no final do século XIX e início do século XX. De início, a sugestão se mostrava rica e vigorosa principalmente por abordar um tema inédito nos estudos sobre João do Rio.

De antemão, sabia que o contato de João do Rio, no início do século XX, com jornalistas e homens de letras portugueses havia culminado – não só, mas principalmente – em três publicações, advindas desse estreitamento político, pessoal e intelectual: o livro *Portugal d’agora*,<sup>19</sup> o jornal *A Pátria*<sup>20</sup> e a revista *Atlântida*.<sup>21</sup> Portanto, inicialmente a tese versaria sobre dois grandes temas: a viagem como contato entre culturas e a viagem na literatura, visto *Portugal d’agora*, foco principal da tese, tratar-se de um livro de viagem, um diário de bordo com observações do repórter sobre Lisboa e a cidade do Porto; e, por desdobramento, a pesquisa investigaria as relações luso-brasileiras, uma vez que o jornal *A Pátria* supostamente apoiava a “colônia” portuguesa do Rio de Janeiro e a revista *Atlântida* tinha como proposta aproximar o Brasil e Portugal pela vertente intelectual.

De início, o livro justificava uma pesquisa baseada nos temas escolhidos, uma vez que reúne reportagens do jornalista sobre o contexto social, político e cultural de Lisboa após a proclamação da República portuguesa. O prefácio, intitulado “Este livro”, justifica a obra: “uma reunião de crônicas ligeiras de observação breve escritas com uma grande ternura pelo país que lhes foi assunto e com um grande desejo de mais ligar dois povos que devem seguir juntos para o progresso”.<sup>22</sup>

Nesta introdução, João do Rio classifica *Portugal d’agora* como uma obra de aproximação urgente e acrescenta que o estreitamento de laços entre os dois povos – unidos, segundo ele, pela mesma raça e pela mesma língua – deveria dar-se pela troca de idéias, o que impulsionaria o fortalecimento de ambos, tanto política como economicamente. Um primeiro contato com *Portugal d’agora* forneceu as pistas sobre o tom desse discurso, pautado no diálogo, na parceria, no ‘intercâmbio mental’, no combate ao desconhecimento mútuo. Diz ele: “E o intercâmbio mental? Precisamos fazer o que se chama o intercâmbio do espírito.

<sup>19</sup> Publicado em 1911 pela editora Garnier, reúne diversas reportagens feitas durante sua primeira viagem a Portugal, em 1908. O livro seria publicado em 1910, mas naquele ano foi proclamada a República portuguesa. É quando o jornalista vai pela segunda vez a Portugal e presencia um quadro totalmente diferente no país, daí a decisão de lançar *Portugal d’agora* em 1911, com novas observações, principalmente sobre Lisboa. O livro, raro e esgotado, foi encontrado no Real Gabinete Português de Leitura e na Fundação Casa de Rui Barbosa.

<sup>20</sup> Em 15 de setembro de 1920 Paulo Barreto funda o jornal *A Pátria*, do qual era sócio majoritário e assina, como João do Rio, a coluna diária “Bilhete”.

<sup>21</sup> Editada em Portugal, entre 1915 e 1920, tinha como diretores João do Rio, no Brasil, e o poeta português João de Barros, em Portugal.

<sup>22</sup> RIO, João do. *Portugal d’agora*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911, p. XV.

É impossível a completa aproximação dos dois países sem que os espíritos se entrelacem e estreitem”. E completa:

Os brasileiros têm uma idéia muito vaga e um pouco irônica do que é a beleza de Portugal e do que são a sua sociedade, a sua arte, a sua cultura. Em compensação, os homens de letras portugueses e os homens de governo e os jornalistas, tinham do Brasil uma idéia nublada, nebulosa, vaga e fantástica de um país, onde ao pé de uma árvore de ouro, havia enganadoramente amarela a febre atroz, que mata em poucas horas. Os portugueses que voltam pouco próprios são para dizer com verdade o que é o Brasil.<sup>23</sup>

Assim, ao dar continuidade ao processo de pesquisa tomando não só estas impressões do autor, mas o livro mesmo como guia, como roteiro (no caso seguindo o que os títulos dos capítulos apontavam, a saber: “O meio literário”; “Impressões dos jornais”, “O jornalismo por dentro”, “Relações luso-brasileiras”), os textos “descobertos” passaram a conferir outro perfil à tese. De posse do material coletado, principalmente após a averiguação dos nomes dos jornalistas e literatos citados por João do Rio nestes capítulos e do que alguns deles escreveram sobre as relações entre o Brasil e Portugal, a viagem na literatura e a viagem como contato entre culturas, que parecia de início ser o tema central da tese, perdia o status de fio condutor da pesquisa. Questões como antilusitanismo e relações luso-brasileiras ganhavam relevância e conduziam a uma pergunta-chave, que o próprio processo de pesquisa trazia à tona: o que levou o jornalista a “abraçar” a aproximação luso-brasileira, que tanto lhe rendeu o apreço e o respeito de intelectuais que com ele compartilharam sentimentos e ideais, como também agressões, ofensas e, posso mesmo arriscar, o levou à morte?

É certo que no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX houve um efetivo movimento de aproximação luso-brasileira por parte expressiva da intelectualidade nacional e portuguesa. Como assinala Maria Bernadete Ramos,

havia necessidade de extensa propaganda que resultasse na criação de uma *civilização atlântica*. Entre os portugueses, era preciso despertar o amor pela vida mental, pela arte, pela civilização brasileira; que os editores portugueses divulgassem os livros brasileiros; que os jornais encomendassem matérias escritas por brasileiros; que se divulgassem as tradições e os costumes idênticos;

---

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, pp.244-5.

que se apoiasse a uniformização da língua; que tratados ou acordos comerciais fossem realizados; que portos francos e zonas francas fossem autorizados. Ao Brasil, o objetivo era “despertar a simpatia pelos portugueses”, e “extinguir o ciclo retórico do *mata-galego*”.<sup>24</sup>

Entretanto, ainda que houvesse manifestações de apoio aos portugueses residentes no Brasil e de valorização da tradição lusitana no cotidiano das cidades brasileiras, principalmente na capital, defendê-los, naquele momento, poderia representar uma posição intelectual de risco. Isto porque havia em todas as camadas da população, mesmo que com inúmeras exceções, um profundo ressentimento quanto à presença de imigrantes portugueses no Brasil e ao monopólio que exerciam sobre o pequeno comércio, sobretudo mercearias, padarias, restaurantes, casas de aluguel, etc.<sup>25</sup> Para Fernando Arenas,

esse monopólio era visto como uma extensão perniciosa do colonialismo português, a despeito de várias décadas do Brasil como nação independente. Essa dinâmica revela igualmente o grau de frustração por parte dos intelectuais brasileiros frente à falta de progresso no Brasil, portanto a figura do português surge como bode expiatório conveniente, representando uma das possíveis causas dos males socioeconômicos do país.<sup>26</sup>

Ainda segundo Arenas, parte expressiva de nossos literatos, no período posterior à Independência (1822) e anterior ao Modernismo (1922), investiu em uma literatura voltada à construção de uma nação independente e distinta e, nesse contexto, Portugal aparece sob uma ótica negativa, ou como ponto de contraste para ressaltar que o Brasil não era aquilo. Sendo assim, a idéia de “nação”, ou o sentimento de identidade que pudesse haver, se baseava mais em ser antiportuguês – ainda que essa negação não garantisse uma identidade comum ao habitante do Rio de Janeiro, do Recife, ou de Belém.<sup>27</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, se o “atraso” brasileiro não estava mais relacionado ao domínio colonial ou à ameaça monárquica, era a presença do estrangeiro, principalmente do português, que significava a usurpação cotidiana

<sup>24</sup> RAMOS, Maria Bernadete. *A intimidade luso-brasileira: nacionalismo e racismo* Coimbra: Revista de História das Idéias, Vol. 22, 2001, pp. 517-552.

<sup>25</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. “Antes sem pão do que sem pátria: o anti-portuguesismo nos anos da década de 1920”. In: *Brasil e Portugal: 500 anos de enlases e desenlases. Convergência Lusíada*, nº 18, 2001, pp. 147-162.

<sup>26</sup> ARENAS, Fernando. “Brasil e Portugal: margens de um mesmo rio, distantes”. In: *Revista Convergência Lusíada*, 20 - Relações luso-brasileiras. Rio de Janeiro, 2003, p. 75.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Brasil: nações imaginadas”. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, pp. 236-43.

das potencialidades do país. Neste sentido, a construção da identidade nacional estava profundamente baseada na relação econômica entre o Brasil e Portugal, relação na qual contaram fatores como finanças públicas, imigração, balança comercial e de pagamentos e estabilidade monetária.

No âmbito da política econômica interna brasileira, por exemplo, é fato que os portugueses residentes no Brasil predominavam na vida econômica da capital e remetiam boa parte de seus ganhos para Portugal, seja para auxiliar os familiares, para socorrer a economia de seu país, ou para constituir poupança. No que tange ao comércio exterior, mesmo após a Proclamação da República, o Brasil permaneceu como o primeiro ou o segundo maior importador de produtos portugueses, sendo 95% destas importações restritas às substâncias alimentícias, em especial o vinho e o azeite português.<sup>28</sup> No Rio de Janeiro, onde as oligarquias cafeeiras não controlavam a sociedade, o perfil urbano e cultural da cidade foi de fato marcado pela presença portuguesa.

Em resumo, duas linhas de força sobressaíram no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do século XX: de um lado havia a busca de uma “identidade brasileira” baseada na rejeição da herança portuguesa, base do jacobinismo luso que imperava na imprensa carioca deste período; de outro, a presença do elemento português se convertia em espírito de comunhão entre as duas nações, com a consolidação dos valores da tradição lusitana.

Vale destacar que João do Rio ambicionava uma aliança luso-brasileira quando a intelectualidade brasileira procurava afirmar o sentimento de nacionalidade no que fosse “genuíno”, próprio do país. Naquele cenário, ser nacionalista era sinônimo de valorização da nação e de identificação com a pátria como lugar dos brasileiros, preferencialmente brancos, e do bom estrangeiro, desde que estivessem em luta pelo progresso e a modernidade do Brasil, cuja “caixa de ressonância”, para usar as palavras de Nicolau Sevcenko,<sup>29</sup> era o Rio de Janeiro. Para o jornalista português contemporâneo de Paulo Barreto, João Chagas,

o novo Brasil republicano viu na colônia portuguesa um inimigo e como tal a tratou, com uma inclemência que nem mesmo as supostas cumplicidades

---

<sup>28</sup> CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

<sup>29</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

portuguesas justificavam. (...) De resto, as classes intelectuais no Brasil andam em permanente briga com os portugueses, em virtude do motivo, fácil de encontrar, de que os portugueses enchem o Brasil, sem contudo levarem para a vida brasileira elemento algum de progresso mental. O homem de letras, o poeta, os artistas, os intelectuais, sufocam nessa atmosfera, e quase desaparecem perante a urgência das especulações da fortuna. Mas, no Brasil, o comercio é o português, e o português é ainda e sempre o inimigo.<sup>30</sup>

Assim, ao defender a aproximação entre os dois países, se por um lado João do Rio irritava os jacobinos,<sup>31</sup> por outro também desestabilizava as fronteiras entre “civilização” e “periferia”, aproximando o “centro” dos trópicos pelo viés da harmonia e da semelhança, fruto da miscigenação étnica e cultural, ainda que Portugal fosse considerado periferia da Europa, se comparado a países como França e Inglaterra. Por esse viés, realizava, pelo discurso, uma espécie singular de “repatriamento, cruzando fronteiras”.<sup>32</sup> Vejamos o que revela na introdução de *Portugal d’agora*, em tom de declaração e esclarecimento: “Assim achei que ao público devia dar este livro, feito de impressões ligeiras. É o único livro de um brasileiro sobre Portugal, e de um brasileiro que, certo do futuro da sua pátria, ama fervorosamente Portugal”.<sup>33</sup> Declarar abertamente o amor a Portugal em momento de fervorosa afirmação da nacionalidade, do progresso e da modernidade, pela negação da herança portuguesa, era no mínimo arriscado.

De acordo com a biografia de João do Rio escrita por João Carlos Rodrigues, a relação do jornalista com a colônia portuguesa gerou dúvidas sobre a seriedade de seu trabalho – era acusado de receber dos comerciantes para veicular notícias do interesse dessa colônia. Segundo o biógrafo, a colônia portuguesa era poderosa, principalmente no Rio, em Salvador e no Pará, e “boa parte da nossa imprensa era paga com seus investimentos, muitos portugueses ocupavam cargos de direção, e cada jornal tinha uma coluna (quando não uma página semanal), de assuntos portugueses”<sup>34</sup>.

<sup>30</sup> CHAGAS, João. *De bond: alguns aspectos da civilização brasileira*. Lisboa: Livraria Moderna, 1897, pp. 148-153.

<sup>31</sup> O movimento jacobino será analisado no segundo capítulo. O movimento ganhou força em dois momentos após a Proclamação da República: durante o governo do marechal Floriano Peixoto e no governo de Epitácio Pessoa. A perseguição política a João do Rio será analisada na tese a partir das narrativas jornalísticas incluídas no *corpus* da pesquisa.

<sup>32</sup> BOUÇAS, Edmundo. “João do Rio: descobrir Portugal/redescobrir o Brasil”. In: *Brasil e Portugal: 500 anos de enlacs e desenlacs*. Convergência Lusíada, nº 17, 2000, pp. 98-99-100.

<sup>33</sup> RIO, João do. *Portugal d’agora*. Paris: Garnier, 1911, p. XV.

<sup>34</sup> RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 91.

A aproximação de João do Rio com a colônia portuguesa, intensamente combatida pelos jacobinos, rendeu a publicação, entre outros artigos e livros sobre a mesma temática, de *Portugal d'agora*, de *A Pátria*, e da *Atlântida*, “que trazia no cabeçalho a indicação de seu ‘alto patrocínio’ – os ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Estrangeiros e do Fomento de Portugal”,<sup>35</sup> além de diversas crônicas publicadas em jornais; a edição de livros por editoras portuguesas;<sup>36</sup> Entretanto, diante da sofisticação crítica de suas crônicas e reportagens, o que será averiguado ao longo desta pesquisa, não seria demasiado simplista e até mesmo errôneo atribuir a ligação de João do Rio com Portugal a mesquinhos interesses econômicos pessoais? Como afirma Renato Cordeiro Gomes, esse entrelaçamento com a cultura lusitana poderia ir muito além disso:

combinar turismo e trabalho, na Europa, era o sonho de todo jornalista, no princípio do século. João do Rio realizou-o, pela primeira vez, em 1908. Diferentemente da maioria, entrou no Velho Mundo por Portugal e esta ficou sendo sua prática, nas outras três viagens que fez, antes e depois da primeira guerra. (...) João do Rio descobriu uma série de atividades culturais típicas de nossa antiga metrópole, que lhe forneceriam matéria para vários livros (a serem publicados pela Casa Garnier de Paris). Com a multiplicação dos contatos, não só se inseriu na vida literária portuguesa, editando algumas de suas obras pela Lello & Irmão, fazendo conferências e montando suas peças teatrais nos palcos de Lisboa, como também tornou-se uma espécie de porta-voz dos imigrantes portugueses, estabelecidos no Brasil. Formada de comerciantes bem sucedidos, a colônia portuguesa na capital brasileira adotou João do Rio como um ídolo, pois conseguiu, através dele, minimizar os preconceitos que vinha sofrendo desde a época da independência.<sup>37</sup>

A partir destas indagações, adotei como tema de pesquisa as relações luso-brasileiras na obra do escritor e jornalista João do Rio. Para tal, tomei como fontes, principalmente, o livro *Portugal d'agora* (1911), a revista *Atlântida* (1915-1920) e o jornal *A Pátria* (1920/1921); os livros *Fados, canções e danças de Portugal* (1909), *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar* (1916), *Sésamo* (1917), *Adiante!* (1919), *Na conferência de paz II. Aspectos de alguns países* (1919); *Na conferência da paz III. Algumas figuras do momento* (1920) e *Ramo*

<sup>35</sup> BOUÇAS, Edmundo. “João do Rio: descobrir Portugal/redescobrir o Brasil”. In: *Brasil e Portugal: 500 anos de enlances e desenlaces*. Convergência Lusíada, nº 17, 2000, pp. 98-100.

<sup>36</sup> Publica *Cinematógrafo* (1910) pela editora dos Lello & Irmão; *Os dias passam...* (1912), pela Chardron; *Ramo de Loiro* (1921), *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar* (1916), *Na conferência da paz* e *Adiante!* (1912) pela Bertrand; a segunda edição de *A mulher e os espelhos* (1919), *Três peças teatrais* (s/d); a segunda edição de *Correspondência de uma estação de cura e Rosário da ilusão* (1921) pela Portugal-Brasil Limitada.

<sup>37</sup> GOMES et al, 2004. pp. 471-502.

*de loiro* (1921) e também reportagens e entrevistas publicadas nos periódicos *A Notícia* (1908/1909/1910/1911/1912/1941); *O Paiz* (1901/1915/1916/1918/1919/1920) e *Gazeta de Notícias* (1904/1907/1908/1909/1910/1911/1913/1914). Além destas fontes, utilizei as cartas de João do Rio a João de Barros e as cartas de Carlos Malheiro Dias, Manuel de Sousa Pinto e Cândido de Campos a João de Barros, “descobertas” com a leitura do livro *Cartas a João de Barros*, de Manuela de Azevedo,<sup>38</sup> e pertencentes ao *Espólio de João de Barros*, arquivado na Biblioteca Nacional de Portugal.

O Catálogo Bibliográfico de João do Rio,<sup>39</sup> de João Carlos Rodrigues, foi o primeiro passo da investigação, visto tratar-se de um levantamento completo da produção jornalística, literária e teatral de João do Rio. Com a leitura minuciosa do catálogo, selecionei os jornais, revistas, livros de ficção e de conferências que deveriam ser avaliados e porventura incluídos no *corpus* da pesquisa. A partir de então, seguindo a linha adotada por João Carlos Rodrigues no catálogo, segmentei o material a ser pesquisado nos periódicos acima citados de acordo com a seguinte classificação: “assuntos portugueses” (reportagens variadas sobre assuntos relativos à colônia portuguesa do Rio de Janeiro e sobre personalidades portuguesas); “viagens internacionais” (no caso, viagens à capital portuguesa e ao Porto); “literatura, imprensa e teatro (entrevistas, reportagens, crônicas, resenhas de livros e peças teatrais de autores portugueses); “pesca” (textos escritos por ele contra a nacionalização da pesca) e “perseguição política” (sofrida em função da defesa dos portugueses e do combate aos jacobinos).

Em seguida, dei início à pesquisa do tema propriamente dito, ou seja, as relações luso-brasileiras entre o final do século XIX e o início do século XX, parêntese cronológico demarcado pelo tempo de vida de João do Rio. Estava ciente de que essa pesquisa deveria ser realizada no local que guarda o maior acervo de obras de autores portugueses fora de Portugal, e que também abriga a biblioteca pessoal de João do Rio, doada por Florência Barreto logo após a morte do filho: o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

<sup>38</sup> AZEVEDO, Manuela de. *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Livros do Brasil, s/ data.

<sup>39</sup> RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: catálogo bibliográfico: 1899-1921*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

Assim, com a listagem dos nomes devidamente averiguada (para isso pesquisei brevemente a biografia de cada um), pude perceber que houve dois literatos que, de fato, se envolveram efetivamente na luta pela aproximação intelectual, política, econômica e comercial entre os dois países: João de Barros e Carlos Malheiro Dias. Do poeta e pedagogo João de Barros analisei as obras que o próprio autor define como integrantes da “campanha luso-brasileira”, por ele criada: *A energia brasileira* (1913); *Adeus ao Brasil*, s/data; *Oração à Pátria* (1917); *Caminho da Atlântida* (1919); *A aproximação luso-brasileira e a paz* (1919); *Sentido do Atlântico* (1921); *Heróis portugueses no Brasil* (1922); *Portugal, terra do Atlântico* (1923); *Palavras ao Brasil* (1936); *Alma do Brasil* (1937); *Vida vitoriosa* (1937); *Presença do Brasil* (1946); *Hoje, ontem, amanhã* (1950). De Carlos Malheiro Dias avalei o discurso *Portugal-Brasil: discursos pronunciados no banquete em homenagem ao ilustre escritor brasileiro Snr. Paulo Barreto* (1919) e os livros *Relações luso-brasileiras: quimeras e realidades* (1924) e *Rumo à terra* (1917), além da *Carta aos estudantes portugueses* (1923).

Feito esse primeiro levantamento, passei à pesquisa bibliográfica sobre as relações luso-brasileiras. O desdobramento desta pesquisa revelou a necessidade de que fosse complementada em Portugal, principalmente no que concerne à investigação sobre João de Barros e Carlos Malheiro Dias, cujos acervos pessoais encontram-se em bibliotecas daquele país. Em Lisboa, pude consultar a bibliografia não encontrada no Real Gabinete Português de Leitura e, principalmente, o *Espólio de João de Barros*,<sup>40</sup> onde estão as cartas de João do Rio enviadas a ele. Também investiguei o *Espólio de Carlos Malheiro Dias*,<sup>41</sup> que guarda alguns manuscritos de obras de ficção, artigos, conferências, cadernos de notas, um extenso epistolário recebido (nove cartas de João do Rio), documentos biográficos e familiares, recortes de imprensa e iconografia. Ambos estão depositados na Biblioteca Nacional de Portugal.

O *Espólio de João de Barros* (17 caixas, onde estão arquivados 3.176 documentos) é formado por textos do autor (poesia e prosa), um conjunto de cartas recebidas pelo poeta (parte delas, classificadas pelas organizadores do

<sup>40</sup> BARROS, João de (1881-1960). BNP Esp. N11, ACPC, 1985.

<sup>41</sup> DIAS, Carlos Malheiro (1875-1941). BNP Esp. D4, ACPC, 1988.

espólio como ‘cartas políticas’, foi entregue à Casa-Museu João de Deus, também em Lisboa), documentos biográficos e manuscritos de terceiros. Outra parte do acervo (manuscritos do autor, de terceiros, correspondência e documentos biográficos) encontra-se no Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz.

Como mencionado, todas as cartas de João do Rio enviadas a João de Barros estão arquivadas na Biblioteca Nacional de Portugal. São, ao todo, 63 missivas. Ao tê-las em mãos, lê-las, ver a grafia do autor, suas idéias e sentimentos mais íntimos, enchi-me de emoção. Infelizmente, não encontrei qualquer carta de João de Barros a João do Rio. Prova de que existiram foi uma carta do poeta catarinense e jornalista de *A Pátria* Diniz Júnior, enviada a João de Barros em 1925, também incluída no espólio. Nela, Diniz Júnior afirma que enviara a João de Barros algumas cartas remetidas pelo poeta a João do Rio, para que as guardasse em segurança. Acredito que, por uma decisão pessoal, João de Barros as tenha destruído. É importante comentar que não copiei as 63 missivas de João do Rio pertencentes ao *Espólio de João de Barros*, nem as nove cartas incluídas no *Espólio de Carlos Malheiro Dias*. Optei por copiar apenas as que faziam alguma referência ao tema abordado na tese.

Antes de dar início ao resumo do conteúdo de cada um dos cinco capítulos deste trabalho, vale ressaltar que algumas questões concernentes ao tema foram deixadas de lado. Por exemplo, não analiso, somente cito, algumas leis de banimento e de naturalização de imigrantes criadas no período estudado. Também deixo de fora, quando trato a imigração portuguesa para o Brasil, a questão operária e sindical, bem como o movimento socialista e anarquista no início do século XX. Igualmente abster-me de analisar o preconceito contra os negros e imigrantes de outras nacionalidades.

Na escolha dos periódicos, optei por não analisar vários jornais antilusitanos ou de apoio aos portugueses, tampouco tracei qualquer avaliação sobre a participação da Igreja Católica nos movimentos nacionalistas. Não foram contemplados os diversos tratados comerciais e as tentativas de acordos ortográficos entre o Brasil e Portugal, como também o republicanismo e o nacionalismo português no período abordado.

Vale igualmente ressaltar que a pesquisa nas fontes primárias foi bastante árdua. O jornal *A Pátria*, por exemplo, estava inacessível desde a elaboração do pré-projeto de pesquisa, em 2005, em função de uma obra estrutural no prédio da

Biblioteca Nacional do Rio. Durante todo o curso de doutorado tentei, intensamente, obter os exemplares necessários ao trabalho, que não estão microfilmados. É importante alertar que este jornal não foi encontrado em qualquer outra biblioteca brasileira, nem em Portugal e ou em bibliotecas estrangeiras, pesquisadas na internet. Somente às vésperas da elaboração do capítulo em que analisaria o jornal consegui obter autorização para a retirada do jornal do depósito no qual estava arquivado. A leitura do jornal *A Notícia*, do qual retirei o inquérito sobre a vida e a obra de João do Rio, foi igualmente penosa. O jornal não está microfilmado e a Biblioteca Nacional não dispõe de instalações para o uso de computador pessoal, o que exigiu a cópia à mão de dezenas de páginas de textos.

Como a pesquisa trouxe à tona uma gama considerável de informação, procurei apresentar todos os dados levantados, a fim de não deixar nada de fora. Tal tarefa exigiu um árduo exercício de seleção e de organização, a fim de evitar que a leitura do texto se tornasse exaustiva, ou carecesse de um fio condutor. Contudo, não fiz descrições minuciosas sobre o contexto socioeconômico e político do Rio de Janeiro e de Lisboa, tampouco me detive a detalhes biográficos de João do Rio. Ou seja, segui os passos do caminhar João do Rio: tomei primeiramente *Portugal d'agora*, depois os textos publicados nos periódicos e demais livros do autor e, por fim, as cartas, a fim de avaliar seu empenho pela aproximação luso-brasileira. Em outras palavras, fiz um percurso sinuoso, não linear, perscrutando o caminhar do peregrino João do Rio em sua missão pelo abraço espiritual entre o Brasil e Portugal.

Torna-se igualmente importante esclarecer que o objeto desta tese, o próprio João do Rio, não “aparece” em todos os capítulos – no primeiro, por exemplo, não “entra em cena” e, no quarto, quando se acirra o debate em torno da nacionalização da pesca e ele funda o jornal *A Pátria*, se apresenta apenas a partir da página 20. Tal estratégia, que a princípio pode causar estranheza, deu-se porque era necessário contextualizar o período estudado. Além disso, para facilitar a apreensão dos fatos analisados, adotei como estratégia de enunciação iniciar cada capítulo (com exceção do primeiro) com uma breve retrospectiva do que foi abordado no capítulo anterior. Penso ser este método, adotado por alguns autores, um bom exercício reflexivo, de síntese e organização das idéias.

Sendo assim, o primeiro capítulo da tese *João do Rio a caminho da Atlântida: por uma aproximação luso-brasileira* apresentará um panorama do momento político e econômico do Rio de Janeiro no período estudado, o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. A proposta central do capítulo será analisar o debate em torno da questão nacional e da modernização do país diante da herança portuguesa, responsável, para muitos, pelo “atraso” do Brasil. Naquele momento havia, grosso modo, dois grupos: os que acreditavam que a verdadeira e genuína brasilidade se revelaria se todos os resquícios de tradições e costumes lusos e, principalmente, o poderio econômico (e político) dos portugueses fosse extirpado do cotidiano da capital da República, a começar pelo comércio e a imprensa; e aqueles que compreendiam que a nacionalidade se afirmaria pela defesa dos valores e tradições do país, e eram contra a perseguição aos imigrantes, principalmente portugueses.

De fato, vários segmentos da economia urbana (comércio varejista, imóveis para aluguel, imprensa) estavam em mãos portuguesas. No período citado, havia muitos interesses econômicos e políticos em jogo, a saber: a disputa por vagas no mercado de trabalho, o que trazia à tona conflitos entre a mão de obra brasileira e os imigrantes, considerados mais qualificados para o trabalho, tanto nos setores médios urbanos como no meio rural; o predomínio do português como detentor de casas comerciais e imóveis para aluguel; a ameaça à República, supostamente pelo retorno da Monarquia; o militarismo, associado ao fortalecimento político da jovem República e o radicalismo dos jacobinos.

No segundo capítulo será observado como a primeira viagem de João do Rio à Europa, iniciada em Lisboa, deu ensejo a uma amizade por aquela cidade e por intelectuais portugueses que lançaria sua carreira em uma nova fase. Ao unir a curiosidade do intelectual com a pena do cronista e do repórter investigativo, João do Rio vai perceber como a relação entre o Brasil e Portugal ultrapassava questões restritas à negação ou à aceitação da herança cultural portuguesa. Compreende a defesa do estreitamento de laços intelectuais entre as duas nações como exercício patriótico, pois vê nas semelhanças culturais, raciais e lingüísticas entre os dois povos as chaves para a afirmação da nacionalidade brasileira e a anulação das inseguranças que tanto abalavam a auto-estima nacional.

Inaugura essa aproximação transformando as crônicas resultantes da primeira e, posteriormente, da segunda passagem por Lisboa e pelo Porto no livro

*Portugal d'agora*. Explora o país como um investigador curioso, conhece e trava amizade com homens de letras, faz um retrato da capital e examina a nação recém saída da monarquia com a avidez e a paixão próprias de quem não distingue o lazer do trabalho. Das visitas às casas de fado escreve a introdução de *Fados, canções e danças de Portugal*, que também lançará como fruto de sua primeira estadia no país.

Nessa mesma peregrinação por Portugal, em que engendra o que classifica de abraço espiritual, é apresentado ao intelectual João de Barros, de quem se tornará amigo e grande parceiro na “campanha” pela aproximação luso-brasileira. Ciente também de que a volumosa emigração portuguesa para o Brasil – por conta da precária situação econômica e política daquele país, da possibilidade de enriquecimento e retorno triunfal e como consequência da proclamação da República Portuguesa e da Primeira Guerra Mundial – acirra a competição entre brasileiros e portugueses por vagas no mercado de trabalho carioca, analisa a situação dos imigrantes pobres.

No Brasil daquele período, tanto no âmbito das camadas populares, em luta pela sobrevivência em um mercado de trabalho exíguo e competitivo, como no das camadas intelectualizadas, percebe-se a presença portuguesa como um incômodo, como um obstáculo ao crescimento e à autonomia da nação. As associações políticas Liga da Defesa Nacional, Ação Social Nacionalista e Propaganda Nativista, alardeando a causa nacionalista, baseiam seus discursos na defesa da educação cívico-patriótica, da moral, da religião católica e da soberania nacional. Os periódicos *Gil Blás* e *Brasiléia*, nesse mesmo diapasão, reavivam o jacobinismo florianista e trazem à cena, passados mais de 20 anos do governo do Marechal de Ferro, a lusofobia. Relatos publicados nestes jornais, na voz de seus interlocutores, acirram as discussões em torno da nacionalização do comércio, da imprensa e do teatro.

O terceiro capítulo será dedicado às articulações em prol da aproximação luso-brasileira consubstanciadas nas páginas da *Atlântida*. A revista binacional dirigida por João do Rio e João de Barros, sob o patrocínio dos governos de Portugal e do Brasil, recebeu o nome do continente mítico submerso. A alcunha, segundo afirmou o diretor brasileiro, traduzia a missão do periódico: estabelecer uma ponte imaginária entre os dois continentes que promovesse o abraço espiritual das pátrias irmãs, selando entre ambas uma aliança material e intelectual

que as alçaria a uma posição de destaque na nova ordem da geopolítica das nações. Com este fim, em suas 48 edições, publicadas de 1915 a 1920, a *Atlântida* apoiou a política de lusitanização do Atlântico Sul, refletindo os interesses nacionalistas e internacionalistas de Portugal, e também do Brasil.

O capítulo será também voltado à aproximação com os escritores portugueses Carlos Malheiro Dias e João de Barros. Naquele momento, a discussão em torno da presença portuguesa na capital se acentua, principalmente nos periódicos antilusitanos, e critica-se a criação da Confederação Luso-Brasileira, proposta pelo médico e escritor português Bettencourt Rodrigues. O capítulo irá trazer a análise do que foi publicado na *Atlântida* sobre o tema e avaliará brevemente a “campanha luso-brasileira”, expressão criada por João de Barros para designar a série de obras que publicou sobre o Brasil e a aproximação luso-brasileira, e que serão citadas na tese.

De fato, vivia-se um momento de discussão sobre a causa nacional em um contexto internacionalista, de acordos e partilhas territoriais entre nações baseados na cooperação e em novas relações comerciais. Neste sentido, Carlos Malheiro Dias e João de Barros se ocuparão de apoiar a aproximação luso-brasileira, acentuando o sentido de comunhão, de cordialidade e de amizade, com base em uma memória histórica construída com eventos que justificavam esta aproximação. Salientarei acordos, visitas e discursos que simbolizaram a boa vontade para com o estreitamento de laços entre o Brasil e Portugal.

No quarto capítulo será analisada a fase final da carreira e da vida de João do Rio, que morreu em 23 de junho de 1921. Investigarei a intensidade dos debates em torno da nacionalização da pesca e da exigência de naturalização dos pescadores originários de Povoá de Varzim. Observarei como Epiácio Pessoa (1919-1922) será acusado por João do Rio de apoiar os jacobinos e de fortalecer a Ação Social Nacionalista (ASN), presidida por Afonso Celso, da qual Epiácio era membro. Avaliarei como a intervenção do comandante Frederico Villar à frente do cruzador José Bonifácio, em prol do saneamento da costa brasileira e da organização dos serviços da pesca, incluindo aí a naturalização dos pescadores, reacenderá a lusofobia, visto a atividade pesqueira estar, majoritariamente, em mãos portuguesas.

Verei que, no decorrer dos debates em torno da nacionalização da pesca e da naturalização dos poveiros, João do Rio lança o jornal *A Pátria*, no qual vai

combater intensamente Epitácio Pessoa e denunciar o jacobinismo do Executivo e dos membros da ASN. Em cartas a João de Barros, João do Rio desabafa sobre as dificuldades financeiras e o esforço para manter o periódico de oposição, no qual apoiava a colônia portuguesa em atuação na capital e defendia tenazmente os pescadores. É nesse momento que o jornalista mineiro Antônio Torres passará a atacá-lo e a seu círculo de amizade, acusando-o de estar cooptado (assim como quase toda a imprensa do Rio, segundo ele) pela colônia portuguesa, que detinha poder financeiro e político.

No quinto e último capítulo apontarei os esforços dos amigos, nas décadas de 40 e 50, para reabilitar a memória de João do Rio e reforçar o pioneirismo e a relevância de sua atuação para a aproximação luso-brasileira. O capítulo traz os artigos de João de Barros e de Gustavo Barroso e o inquérito promovido por Cândido de Campos, publicados em *A Notícia* em 1941, que abordam o “esquecimento” a que foi relegado o nome de João do Rio na comemoração dos Centenários de Portugal; e os discursos de João de Barros e do jornalista português Luís Teixeira na inauguração do busto de João do Rio em Lisboa, em 1950. Início, portanto, o meu caminhar, seguindo os passos trilhados por João do Rio “a caminho da *Atlântida*”.